

# O enigma do socialismo real. Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais

LUIS FERNANDES.

Rio de Janeiro, Mauad Editora, 2001

EURELINO COELHO NETO\*

Já em 1991, quando publicou *URSS Ascensão e queda* pela Editora Anita Garibaldi, Luis Fernandes tornou-se uma referência importante no Brasil para os estudos sobre o chamado socialismo real. Estribado numa compilação substantiva de dados empíricos relevantes sobre o desenvolvimento da economia soviética e de suas relações com o mercado internacional capitalista, aquele texto se encerra com um capítulo intitulado “A *débâcle* do socialismo e o enigma da esfinge”. Ali o autor comparava os problemas suscitados pelo colapso do sistema soviético com o enigma da esfinge da mitologia grega: “se o pensamento socialista não os decifrar, será devorado” (p. 257).

Seu novo livro, publicado em 2001, reúne, com algumas modificações, artigos que escreveu ao longo da última década sobre o debate em torno da crise da URSS e do bloco de países do Leste Europeu. Diante de

um fenômeno de enorme importância política que foi apropriado quase instantaneamente pela direita e transformado na demonstração espetacular (mas quase nunca racional e sistematizada) da impossibilidade do socialismo, o esforço de Fernandes tem o grande mérito de procurar o caminho do estudo e da interpretação científica. Trata-se da persistência do enigma e do trabalho de decifração, uma vez que ele próprio reconheceu a insuficiência dos resultados obtidos em 1991. Não é com pesquisa empírica que Fernandes trabalha neste texto. Seu propósito é revisar criticamente as principais teorias que produziram, cada uma a seu modo, tentativas de desvendar o enigma, isto é, examinar as explicações disponíveis sobre “o que pereceu e por quê” (p. 13) e, ao final, dar sua contribuição para a construção de uma resposta marxista. Ele também nos informa que está em andamento um programa de pes-

---

\* Professor de História da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia.

quisa que “procura desdobrar em estudos empíricos os problemas e temas identificados ao longo deste livro” (p. 182). Se for assim, erguer alguns questionamentos a respeito de seu texto, para além do valor que possa ter para o debate nos meios científicos e políticos, pode trazer, enquanto discussão crítica, alguma contribuição para essa pesquisa que prossegue e que é da maior importância.

São pouco mais de duzentas páginas divididas em duas partes. Na primeira ele resume e critica o trabalho interpretativo de dezenas de autores distribuídos em dois grandes grupos:

1) Os soviétólogos ocidentais, entre os quais se encontram desde Zbigniew Brzezinski e Hannah Arendt, que trabalham com o conceito de totalitarismo, até autores ligados à sociologia histórica (Barrington Moore e Theda Skocpol), passando pelas teorias do pluralismo e grupos de interesse, do corporativismo e neocorporativismo, pelo estrutural-funcionalismo, pelo culturalismo, pelo desenvolvimentismo (ao qual ele associa Alec Nove), pelas análises apoiadas no conceito weberiano de burocracia, pela crítica liberal à economia de comando centralizado. Tudo em um só capítulo.

2) Os autores marxistas, organizados em quatro capítulos: as interpretações que afirmam o caráter socialista dos sistemas desenvolvidos no Leste Europeu, interpretações baseadas na noção de degeneração burocrática da transição ao socialismo, as teorias de um novo modo de pro-

dução (nem capitalismo nem socialismo) e as teorias do capitalismo de Estado ou burocrático. Esta primeira parte é encerrada com um rápido balanço dos problemas das interpretações marxistas e uma crítica ao uso do termo *stalinismo*, que é, segundo Fernandes, uma fuga teórica.

A simples descrição dos conteúdos dos capítulos da primeira parte já nos permite identificar um problema: a superficialidade. É o preço cobrado pela opção por resenhar, num espaço pequeno, uma grande quantidade de autores que, no mais das vezes, guardam entre si enormes diferenças teóricas, metodológicas e mesmo temáticas. O próprio autor reconhece que “muitas das leituras não puderam ser examinadas com a profundidade e a atenção que mereciam” (p. 158), mas ele supõe que isso não chega a comprometer seus objetivos. No entanto, embora sua amplitude de leituras tenha o mérito de resgatar autores e correntes teóricas pouco conhecidos no Brasil, a simplificação das teses e o barateamento dos argumentos referidos, para não falar no agrupamento feito à custa da obliteração de diferenças, tudo isso não pode deixar de prejudicar um dos objetivos centrais do trabalho, que é o julgamento crítico das teorias. É como se o julgamento fosse realizado com insuficiência de provas.

Mais interessante, porém, é uma outra questão que se pode erguer, esta de natureza metodológica. A crítica que ele dirige aos autores resenhados não se limita a apontar inconsistên-

cias teóricas ou a identificar a vigência de valores morais ou políticos em suas análises. O elemento crucial da crítica consiste em *testar a validade* das proposições em apreço, o que, para Fernandes, significa confrontar as formulações teóricas com o campo prático de experimentação. Para ele, o campo de experimentação por excelência das ciências sociais é a história, em que ele concebe a “existência objetiva de processos macrosociais, independentemente dos esforços do indivíduo-pesquisador para explicá-los e/ou entendê-los”, o que permitiria constatar quando “determinadas explicações ou classificações podem se revelar parciais ou inteiramente inválidas, por não corresponder ao desenvolvimento objetivo da realidade social que examinam” (p. 17). Evidentemente, a referência central aqui é Karl Popper e o seu princípio da falseabilidade: proposições científicas seriam válidas na medida em que, sendo confrontadas com evidências, não são por estas refutadas.

Este expediente permite a Fernandes aplicar testes de validade a todas as teorias que analisa, e todas são reprovadas (veremos depois que o marxismo é a única teoria que vai merecer uma segunda chance). Apesar de reconhecer que várias delas trazem contribuições importantes para a compreensão de aspectos do problema, o autor encontra sempre situações históricas das quais as teorias não dão conta. O problema com este método de crítica é que nele a história comparece como um estoque de

fatos brutos dos quais o autor se serve livremente, selecionando o que melhor lhe convém para testar uma teoria. Fernandes parece não se importar em que o processo de seleção e atribuição de significados teóricos aos elementos históricos (com os quais ele define o “desenvolvimento objetivo da realidade social”) não seja de modo algum um procedimento puramente objetivo, entendido como destituído de subjetividade, ao modo do que se supõe ser a observação e a mensuração de fenômenos controlados e repetíveis em laboratórios – e ele chega mesmo a declarar que, do ponto de vista das bases para a validação das proposições, as diferenças entre as ciências sociais e as naturais não são muito grandes. Sua boa crítica ao pós-modernismo, que não considera seriamente a existência objetiva do real, resvala para o extremo oposto que é ignorar que não existe meio de o conhecimento ter acesso imediato à objetividade da história. Parafraseando Durkheim a contrapelo, diríamos que ele parece não levar em conta que não é possível tomar os fatos históricos como coisas.

Para ilustrar: ele critica a posição dos liberais (Mises e Hayek), que afirmavam a inviabilidade do planejamento centralizado como substituto do mercado e foram desmentidas pelos índices de crescimento econômico acelerado durante o período de reconstrução e nos primeiros planos quinquenais. Mas quando ele considera outros momentos da história, a estagnação do

período Brejnev e dos anos seguintes, tem que reconhecer que os fatos agora talvez demonstrassem que os liberais tinham razão e que o planejamento central era, afinal, incapaz de assegurar o progresso econômico. Os fatos, dando razão ora a um, ora a outro, levavam a um impasse. Fernandes introduz, então, um elemento novo na análise: ele ultrapassa o nível dos fatos e explica a queda do crescimento como a dificuldade de abrir um ciclo de desenvolvimento intensivo, e assim mantém a crítica aos liberais. O que se demonstra com este procedimento é que, na condição de fatos brutos, a história não serve como critério de validação, visto que ela sempre pode ser selecionada, apropriada e interpretada segundo uma determinada perspectiva. Isso não significa afirmar a impossibilidade do conhecimento objetivo nem aceitar as teses pós-modernas. Mas implica notar que o sujeito não está ausente no processo pelo qual ele conhece o objeto, e que sua presença deixa marcas no produto, que é o conhecimento.

O marxismo, no entanto, permite uma alternativa diferente. Em vez de assumir a separação radical entre sujeito e objeto (postulada explicitamente por Fernandes), pode-se pensar numa epistemologia em que estes termos são partes contrárias e complementares da relação de conhecimento, se constituem como tais na e *pela* relação. Nesta relação não existe pura subjetividade (porque qualquer sujeito existe já em relação com o mundo objetivo) nem pura objetivi-

dade (objetos que não têm relação com sujeitos não podem ser sequer nomeados). Além do mais, a práxis cria formas objetivas através da intervenção das subjetividades (os produtos do trabalho humano). “É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento” (Marx, II Tese sobre Feuerbach). Em vez de procurar abrigo numa objetividade metafísica, o pensamento se torna objetivo quando se objetiva na práxis, que medeia a necessária confrontação da teoria com a realidade. A história convocada para validar proposições não é crua, portanto, mas carregada de sentidos construídos pela práxis do sujeito do conhecimento, carregada de concepção de história. O teste de verdade das teorias é feito no confronto teórico-prático, é um embate entre sujeitos sociais e não entre suas criações, e não existem salvaguardas de uma realidade histórica supostamente preservada como objetiva e à disposição do crítico.

A segunda parte do livro, composta de apenas um capítulo, dá-nos ocasião para uma outra discussão. Tendo feito o balanço crítico (com resultado negativo) das teorias ocidentais e marxistas, o autor retorna ao enigma para tentar, por sua conta, decifrá-lo. A questão é saber se o marxismo pode passar por um “deslocamento progressivo”, expressão tomada de empréstimo a Imre Lakatos que significa a mudança de aspectos secundários de uma teoria (mudança que se tornou necessária devi-

do ao aparecimento de fenômenos não explicáveis pela teoria) com a preservação de seu núcleo explicativo. Ele parte da constatação de que o marxismo foi reprovado no teste de validade no quesito fundamental do Estado socialista, que não definiu como previsto por Marx e Lenin, ao contrário, robusteceu-se e autonomizou-se diante da sociedade. Isso não seria motivo para renunciar ao marxismo como teoria, mas seria suficiente para tentar um deslocamento progressivo.

Fernandes considera pouco realista a idéia marxiana, predominante nas reflexões sobre a Comuna de Paris, de que edificar um Estado em bases comunal-democráticas seria um empreendimento essencialmente não-problemático, dado o caráter universal do proletariado. Para ele, no entanto, num quadro de escassez (e a abundância não estaria ao alcance da humanidade no presente), a socialização dos meios de produção não geraria uma ordem cooperativa, ao contrário, geraria uma tendência ao comportamento não-cooperativo e predador do patrimônio social (Fernandes aplica aqui o modelo do “carona” de Mancur Olson). Ao invés de formas de democracia direta, esta situação requereria a presença do Estado como autoridade a zelar pela produtividade e pela eficiência do trabalho. Aqui ele encontra a “chave fundamental para entender a fusão Partido-Estado na experiência soviética, já que em face da impossibilidade de afirmar e coordenar o interesse coletivo via os mecanismos

de democracia direta dos soviets, o partido bolchevique foi assumindo cada vez mais para si a função de determinação não mediada deste interesse” (p. 204). A isto ele acrescenta as pressões oriundas do antagonismo das potências capitalistas, o que de sua parte também exigiu “formas políticas concentradas e rígidas” (p. 206).

Difícil concordar. Todo o argumento só faz sentido se aceitamos o pressuposto de que a sociedade soviética era socialista, tese para cuja sustentação Fernandes esgrime basicamente os mesmos argumentos de Stalin na célebre polêmica sobre o “socialismo num só país”, travada nos anos 20 no âmbito de uma ferrenha disputa pela hegemonia no partido bolchevique. Se, no entanto, supusermos que o socialismo não é o mero resultado da abolição (ou mitigação) da propriedade privada, mas sim a construção de uma nova forma de propriedade social-coletiva, poderemos nos perguntar se, de fato, os trabalhadores soviéticos chegaram a se tornar efetivos proprietários dos meios de produção em seu país, se chegaram, como classe (e não apenas a sua vanguarda), ao exercício real do poder. O fato de que a burguesia foi apeada do poder político e perdeu suas propriedades não significa, necessariamente, que tenha sido substituída pelo proletariado. Dependendo de como respondemos a esta questão, podemos chegar a um resultado oposto ao de Fernandes: não existe prova histórica de que o efeti-

vo controle da economia pelos trabalhadores geraria ineficiência ou incentivaria comportamentos não-cooperativos. Claro que isso nos levaria a contestar a pretendida validade universal de certos modelos teóricos baseados na *rational choice*, altamente valorizados pela ciência política americana.

Com isso voltamos ao problema do Estado. Para além da abolição da propriedade privada, a questão de saber como se estruturou o poder passa a ser decisiva para definir a medida em que o proletariado o exerceu realmente. E se é preciso dar razão a Fernandes quanto à necessidade, por um tempo indeterminado, de formas políticas de tipo representativo, nada nos obriga a aceitar que estas precisassem ser “concentradas e rígidas”. A degeneração burocrática do Estado ou, nos termos de Fernandes, sua autonomização, não era uma fatalidade histórica. Decorreu, sim, dos desdobramentos concretos da revolução, dos resultados dos embates de alternativas políticas num contexto determinado, não foi uma derivação natural das condições “objetivas”.

Mas talvez existisse, apesar de tudo, uma fatalidade. No debate dos anos 20 sobre o socialismo num só país ainda não era possível ver com clareza todos os efeitos da derrota da revolução proletária na Europa ocidental. Hoje estamos em muito melhor posição para pesquisar o quanto as relações com o mercado mundial e o antagonismo internacional, que Fernandes menciona mas do qual não extrai todas as consequências, impuseram limites concretos à construção de formas avançadas de poder operário, dificultaram a promoção do bem-estar, numa palavra, bloquearam a construção do socialismo, a despeito do gigantesco esforço por sua edificação.

O problema não está na falta de realismo do projeto socialista de Marx – de resto, um projeto aberto, intencionalmente inconcluso –, mas na necessidade de compreender as condições históricas, “objetivas” e “subjetivas”, nas quais se deu a luta pela construção do socialismo. O enigma, para ser desvendado, precisa não tanto de um deslocamento progressivo, mas de boa pesquisa histórica, com a qual Luis Fernandes já provou que tem muito a colaborar.

COELHO, Eurelino. Resenha de: FERNANDES, Luis. O enigma do socialismo real. Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2001. São Paulo, Boitempo, v.1, n. 14, 2002, p. 180-185.

***Palavras-chave:*** Socialismo real; Teoria marxista; Ocidente.